

SER NEGRA(O) E ASPIRANTE A ETNÓLOGA(O): NOTAS SOBRE O TRABALHO DE CAMPO COM OS KIRIRI

BEING BLACK AND ASPIRING ETHNOLOGIST:
NOTES ON THE FIELDWORK WITH THE KIRIRI

RESUMO

O presente artigo emergiu da profícua interlocução entre os autores, ao longo da graduação em ciências sociais e do trabalho de campo realizado junto ao povo Kiriri, no decorrer dos quais enfrentamos diversos dilemas enquanto jovens pobres e negros advindos do interior, que ingressaram na universidade e iniciaram uma interlocução com os Kiriri. A partir da etnografia que temos produzido e, em certa medida, da nossa autoetnografia, buscamos evidenciar como os marcadores sociais da diferença — gênero, raça, classe, corpo, etc — atravessam nossos corpos e influenciam a produção etnológica por nós elaborada. Tecer uma discussão a partir de corpos subalternos implica, sem dúvida, em questionar a maneira pela qual o conhecimento e as escritas etnográficas são construídas. Enfatizamos a importância das intelectuais, majoritariamente negras, para as análises feitas ao longo do texto, sobretudo defendendo a necessidade dos ditos subalternos serem vistos como produtores de conhecimento e não mais como objetos.

PALAVRAS-CHAVE: Kiriri. Etnografia. Autoetnografia. Marcadores sociais da diferença.

ABSTRACT

This article has emerged from the fruitful interlocution among the authors during their degree in Social Sciences and their field work with the Kiriri people, during which several dilemmas were faced as poor young black people from the interior that entered university and began an interlocution with the Kiriri. From the ethnography, we have produced and, to a certain extent, from our self-ethnography, we seek to emphasize how the social markers of difference – gender, race, class, body, etc. – cross our bodies and

1 Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista do Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (PINEB/UFBA). E-mail: fernandaalmeida9715@gmail.com.

2 Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (2019). Mestrando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/USP) e pesquisador associado ao Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (PINEB/UFBA). Bolsista do Programa de Excelência Acadêmica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PROEX/CAPES). E-mail: jardel.rodrigues@usp.br.

influence our ethnological production. Developing a discussion from subaltern bodies undoubtedly implies questioning the way in which ethnographic knowledge and writings are constructed. We emphasize the importance of intellectuals, mostly black women, for the analyses made throughout the text, above all defending the need for the so-called subalterns to be seen as producers of knowledge and no longer as objects.

Keywords: Kiriri. Ethnography. Self-ethnography. Social Markers of Difference.

A UFBA SE PINTANDO DE PRETO

O presente artigo resultou de diversas inquietações e discussões que mantivemos ao longo de nossa trajetória acadêmica como estudantes negra e negro da graduação em ciências sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O propósito é buscar refletir sobre os marcadores sociais da diferença³ que têm nos intersectado ao longo do curso e, mais especificamente, sobre a nossa breve experiência etnológica.

A primeira seção será destinada a contextualizar a implementação das ações afirmativas na UFBA, pois foi a partir delas que ingressamos e permanecemos na universidade; a segunda será reservada ao nosso percurso enquanto estudantes da graduação em ciências sociais e, por fim, para apresentar registros etnográficos produzidos durante o trabalho de campo junto aos Kiriri, no decorrer do qual fomos identificados como negra e negro por nossos interlocutores, e não na categoria abrangente de não indígenas comumente utilizada por eles para se referir aos “brancos”.

A primeira proposta de cotas para ingresso da população negra na universidade, curiosamente, não surgiu na capital baiana, Salvador, e, sim, no Distrito Federal, mais especificamente na Universidade de Brasília, em 1999. Não obstante seja conhecida como a Roma negra ou Meca da negritude, Salvador passou a ter política de ações afirmativas para ingresso da população negra somente em 2001, graças à iniciativa da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que destinava 40% das vagas nos cursos de graduação para negros.

As propostas de implementação de ações afirmativas na Universidade Federal da Bahia (UFBA) surgem somente em 2002, via mobilização do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da referida instituição. Em 2003, o Centro de

3 Segundo informações disponíveis no website da Agência USP de Notícias “os marcadores sociais da diferença são um campo de estudo das ciências sociais que tentam explicar como são constituídas socialmente as desigualdades e hierarquias entre as pessoas. Dentro desta área, a ênfase recai principalmente sobre raça, gênero, classe e sexualidade”. Disponível em: <http://www.usp.br/agen/?p=15350>. Acesso em: 29 jun. 2020.

Estudos Afro-Orientais (CEAO/UFBA)⁴ apresentou ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE/UFBA)⁵ a proposta de ação afirmativa para ingresso e permanência de negros na UFBA. Cabe notar que o Ceao foi o âmbito mediante o qual o DCE buscou gestar a proposta formulada pelos estudantes, que posteriormente foi apresentada à sociedade civil e teve incorporadas suas proposições.

Sob forte debate e tensões, o Programa de Ações Afirmativas – Preparação, Ingresso, Permanência e Pós-Permanência foi apresentado e aprovado pelo Consepe, instituindo-se, assim, a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas (43%), com percentuais diferenciados para autodeclarados pretos e pardos (85%) e (15%) e autodeclarados brancos. Os índios descendentes tiveram uma reserva de 2%, e os quilombolas e índios aldeados, duas vagas para cada curso. (QUEIROZ; SANTOS, 2006)

Os artigos publicados por Delcele Queiroz e Jocélio Santos (2005; 2006) revelam que os debates promovidos pela UFBA para discutir a adesão das ações afirmativas foram marcados, majoritariamente, por forte oposição do corpo docente à adoção das cotas; o discurso meritocrático dos professores evidenciou os privilégios decorrentes da *branquitude*⁶ e do racismo estrutural,⁷ seja através do mito da democracia racial, fortemente relacionado a Gilberto Freyre em Casa-Grande e Senzala (2003), seja da suposição equivocada de que estudantes cotistas teriam defasagem no desempenho acadêmico comparativamente aos não cotistas e, conseqüentemente, o “nível da universidade despencaria”.

Em pesquisa anterior, Delcele Queiroz (2003) já afirmava que a universidade pública ainda é um ambiente extremamente seletivo e elitista, no qual a disputa por vaga, sobretudo nos cursos mais valorizados, é de tal dimensão que apenas a adoção de uma política de acesso específica, voltada para os corpos historicamente excluídos e marginalizados, garantiria alguma chance de ingresso.

4 O Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) foi criado em 1959, pelo filólogo, poeta e ensaísta Agostinho da Silva. Atualmente é um órgão suplementar vinculado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Disponível em: <http://www.ceao.ufba.br/apresentacao>. Acesso em: 27 maio 2020.

5 “O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), órgão máximo de deliberação colegiada em matéria estritamente acadêmica” (CONSEPE, 2010, p. 7) da Universidade Federal da Bahia. Disponível em: https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/regimento_geral.pdf. Acesso em: 23 jun. 2020.

6 Na acepção de Priscila Elisabete da Silva, o conceito de branquitude é “um construto ideológico, no qual o branco se vê e classifica os não brancos a partir de seu ponto de vista. Ela implica vantagens materiais e simbólicas aos brancos em detrimento dos não brancos. Tais vantagens são frutos de uma desigual distribuição de poder (político, econômico e social) e de bens materiais e simbólicos”. (SILVA, 2017, p. 28)

7 Conforme a acepção de Sílvio Almeida, para quem “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. [...]”. (ALMEIDA, 2018, p. 33)

Como é sabido, em 2012, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a lei nº 12.711 conhecida como lei das cotas — alterada pela também lei federal nº 13.409 de 2016 — que dispõe sobre ações afirmativas para o ingresso em instituições públicas de ensino federal, universalizando a aplicação dessa política pública para todas as universidades e institutos federais do Brasil.

No âmbito da UFBA, desde 2003, quando ela adotou as políticas afirmativas, até hoje, portanto depois de mais de quinze anos da implementação das cotas, o perfil racial e socioeconômico dentro da universidade mudou drasticamente, fato que também se deve à adesão integral da UFBA ao Sistema Unificado de Seleção (SiSU), em 2014. O resultado da implementação das referidas políticas públicas foi o aumento da proporção de estudantes negros e/ou de escolas públicas nos diversos cursos acadêmicos, inclusive, nos mais competitivos, dos quais até então haviam sido historicamente excluídos.

É nesse cenário que nós, uma mulher negra e um homem negro, ambos pobres e provenientes do interior do estado da Bahia, de cidades distintas, Ipirá e Seabra, respectivamente, mas com perfis populacional e socioeconômico similares, adentramos, em anos distintos, a Universidade Federal da Bahia, no curso de ciências sociais.

TRILHANDO CAMINHOS NA UNIVERSIDADE

Jardel Rodrigues ingressou nos cursos de licenciatura e bacharelado em ciências sociais (Ciso) da UFBA, em 2015, via SiSU e por meio das ações afirmativas.⁸ O interesse por este curso de graduação surgiu quando ainda era aluno do curso técnico em meio ambiente, na modalidade subsequente ao ensino médio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), campus Seabra, no qual teve a oportunidade de ser bolsista do projeto de pesquisa *Ambiente e saúde ocupacional dos trabalhadores precarizados envolvidos no vazamento a céu aberto e no entorno do município de Seabra-BA*.⁹ Tal experiência foi fundamental na escolha posterior do curso de ciências sociais, pois, a partir da bibliografia discutida e do trabalho etnográfico realizado surgiu o desejo de ingressar em ciências sociais.

Após a classificação e o deferimento da matrícula, ele se deslocou para Salvador, cidade que tem uma dinâmica social bem distinta daquela de Seabra,

8 O ingresso ocorreu através das cotas destinadas a alunos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, oriundos de escola pública e com renda per capita de até um salário-mínimo e meio. A primeira autora do artigo ingressou no mesmo curso e universidade através da mesma ação afirmativa.

9 Recebeu na oportunidade a bolsa de iniciação científica júnior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

sua cidade natal. No dia 2 de março de 2015, as aulas foram iniciadas, assim como muitos desejos e sonhos, que naquele momento, afiguravam-se de acesso possível a partir da UFBA. Os três primeiros meses da graduação foram os mais difíceis para todos, especialmente para aqueles provenientes do ensino público. As lacunas advindas da educação básica são gritantes, a exemplo das dificuldades com a norma padrão da língua portuguesa, além da falta de preparação para atendimento das exigências acadêmicas, tais como volume e densidade de leituras. Complementarmente, há também a vulnerabilidade socioeconômica e as condições de moradia, no seu caso a residência na Casa de Estudantes de Seabra (CESE), mantida com recursos do município de origem mas longe de preencher as condições ideais de moradia para seus residentes. Todas essas dificuldades levaram-no a questionar as escolhas feitas. No limite, ele questionava se realmente a universidade era um espaço passível de acolhê-lo.

Logo após o início das aulas, os problemas financeiros se apresentaram: por recomendação de colegas e amigos, ele procurou informações a respeito dos auxílios financeiros concedidos pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE/UFBA).¹⁰ Não obstante a ajuda ofertada por diversas pessoas, ainda assim foi um tanto difícil entender e lidar com a burocracia do órgão, tendo finalmente conseguido encaminhar a documentação exigida em março de 2015. O processo de avaliação é longo e minucioso, haja vista que muitos discentes se inscrevem; à medida que os meses foram passando, a situação financeira recrudescia, chegando ao limite de não haver dinheiro para o deslocamento às aulas, o que implicou em faltas em várias disciplinas, a exemplo de Antropologia I, acentuando as incertezas quanto à permanência no ensino superior. Retomaremos este ponto mais adiante.

Em junho de 2015, saiu o resultado da avaliação dos auxílios da Proae, tendo o pleito sido indeferido, o que requereu novo percurso exaustivo para reunir mais documentos, além de uma entrevista com a assistente social. Para completar a situação de angústia, foi-lhe comunicado o passamento de sua tia-avó, que residia com a família. Certo tempo depois, a Proae acolheu o recurso, o que coincidiu também com a aprovação na Bolsa Permanência, mantida pelo Ministério da Educação.¹¹

Por obra do destino, admitindo-se que haja destino, o componente curricular Antropologia I foi ministrado por Maria Rosário de Carvalho, que condu-

10 A Proae, através da Coordenação de Programas de Assistência ao Estudante (Cpae/Proae/UFBA), publica edital, bimestralmente, de seleção para as bolsas e auxílios. Para mais informações, acessar o website da Proae/UFBA. Disponível em: <https://proae.ufba.br/>. Acesso em: 7 jun. 2020.

11 “O Programa de Bolsa Permanência, instituído em 2013, tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para a permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica das instituições federais de ensino superior”. Sistema de Gestão da Bolsa Permanência. Disponível em: <http://sisbp.mec.gov.br/primeiro-acesso>. Acesso em: 7 jun. 2020.

ziu a disciplina didaticamente e cativou certos alunos – entre os quais o segundo autor deste artigo – a segui-la pelos caminhos da antropologia. Ele se dedicou à disciplina e, ao final do semestre, a professora convidou-o a ingressar no Programa de Pesquisas Sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (PINEB), preliminarmente como voluntário e, subsequentemente, na condição de bolsista.

Ingressar no Pineb foi, sem sombra de dúvida, um diferencial na sua formação acadêmica, embora não fosse suficiente para que as dúvidas com relação ao curso fossem superadas. Ainda durante o semestre letivo de 2015.1, a UFBA entrou em greve por cerca de três meses, acompanhando o movimento das universidades federais do Brasil. No retorno, a frustração com o curso era perceptível, do que decorreu problemas psicológicos que lhe causaram a reprovação em todos os componentes curriculares do semestre letivo de 2015.2, cursado em 2016, devido ao atraso no calendário acadêmico. Os impactos das reprovações e o sentimento de frustração fizeram-se sentir, negativamente, também no rendimento no Pineb, que inicialmente ficou abaixo do esperado. Examinando, em retrospectiva, a situação, a conclusão é que a assistência psicológica e psiquiátrica oferecida pelo Serviço Médico Universitário Rubens Brasil (SMURB)¹² deveria ter sido demandada, o que, por desconhecimento, não ocorreu.

Durante o semestre de 2016.1, o segundo autor cursou novos componentes curriculares, dentre eles Antropologia II, ministrado pela professora Cíntia Müller, acompanhando a turma que havia ingressado em 2015.2, um semestre, portanto, após o seu ingresso. As aulas eram sempre muito instigantes, e o ambiente agradável instalado concorreu para o estreitamento de relações com algumas colegas, três das quais mulheres negras. Essa rede de apoio, para cuja construção ele colaborou, em certa medida, foi fundamental para a permanência no curso. As conversas revelaram-se mecanismos terapêuticos e socialmente coesivos especialmente relevantes.

Nos semestres de 2016.2, 2017.1 e 2017.2 foram envidados esforços para “correr atrás do prejuízo” ocasionado pelas reprovações em 2015.2. Era necessário recuperar o coeficiente de rendimento, mas, subliminarmente, o segundo autor deveria estar buscando demonstrar, publicamente, e em certa medida para si mesmo, ser capaz de continuar no curso, e com bom rendimento.

Ter cursado o componente curricular Educação diferenciada e revitalização de línguas indígenas (FCHL47), ministrado pelo professor Marco Trom-

12 O Smurb é subsistema de saúde destinado ao atendimento de discentes e servidores da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Foi criado em 1952, tendo, em 1990, recebido a atual denominação e passado a integrar o Hospital das Clínicas da referida universidade, denominado Complexo Hospitalar Universitário Professor Edgard Santos (Hupes). Disponível em: <http://www.smurb.ufba.br/sobre-o-smurb/>. Acesso em: 29 maio 2020.

boni Nascimento, em 2017.2, foi um divisor de águas: a partir dessa disciplina houve o primeiro contato com um povo indígena, os Kiriri, por meio de oficinas de linguística destinadas aos professores das escolas indígenas. Além disso, foi a partir da disciplina que o segundo autor decidiu prosseguir com as pesquisas no campo da etnologia. Este foi, portanto, o segundo despertar para a antropologia, pois o primeiro, o leitor atento deve estar lembrado, foi com a disciplina antropologia I. No decurso de FCHL47, ocorreu também o estreitamento de laços de amizade com a primeira autora deste artigo, o que por si só justificaria tê-la cursado.

A partir do trabalho de campo realizado junto aos Kiriri, com os quais temos mantido contato regularmente desde então, aliamos – os dois autores deste artigo – os interesses deles com relação à revitalização linguística¹³ aos nossos. Assim, ao final da graduação, o segundo de nós elaborou o projeto de pesquisa *Passeio da alma: diálogos sobre os sonhos e a retomada linguística do povo Kiriri*, com o qual foi aprovado no mestrado dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia da UFBA (PPGA/UFBA), Antropologia Social da Universidade de Campinas (PPGAS/Unicamp) e Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP), tendo optado pelo terceiro.

Após a apresentação da trajetória acadêmica de Jardel Rodrigues, é a vez de Fernanda apresentar-se, começando pelo seu ingresso na UFBA, no semestre letivo 2017.1, quando também ganhou consciência de uma série de lacunas em sua formação. O colégio estadual no qual concluíra o ensino médio possuía um déficit de professores em todas as áreas, não sendo incomum um professor formado em letras ministrar aulas de física, química e biologia, a mesma situação vivenciada pelo segundo autor.

Ao longo da educação básica, ela constatou, na estrutura organizacional, uma política de não encorajamento dos estudantes a concorrerem aos processos seletivos para o ensino superior. Particularmente de uma professora de matemática que também lecionava em outra escola da rede privada, e que, repetidamente, fazia comparações entre as duas escolas no quesito qualidade, ouviu o veredito de que “será impossível alguém de vocês ingressar na educação superior”. Essas foram palavras duras para pessoas imersas em realidades ainda mais duras. Todavia, alguns de nós contrariamos a sua previsão, o que deve ter se devido à adoção das ações afirmativas no ensino superior.

13 Segundo Franchetto (2014, p. 2), “a revitalização linguística consiste na pesquisa e desenvolvimento de metodologias de manutenção e propagação do uso de línguas ameaçadas. O trabalho é desenvolvido por linguistas em parceria com comunidades falantes de línguas minoritárias, ameaçadas ou extintas. Cada situação exige pesquisa, abordagens e metodologias específicas, de acordo com dados sociolinguísticos sobre cada população, e também de acordo com os objetivos de cada comunidade envolvida”.

Assim, a universidade surgiu como uma oportunidade de transformar a realidade socioeconômica dos núcleos familiares dos dois autores. No que tange à escolha do curso, ciências sociais não foi a primeira opção da primeira autora, que escolheu História, disciplina com a qual tinha mais afinidade na educação básica. Nos minutos finais de decisão junto ao sistema do SiSU, ela alterou a opção de curso para ciências sociais, embora desconhecesse essa área de atuação.

Com a matrícula homologada em ciências sociais e sem recursos financeiros suficientes para custear um aluguel, Fernanda tomou conhecimento da existência da Associação dos Estudantes Ipiraenses (AEIPI, à qual se associou e ingressou no mesmo ano. A Casa de Estudantes, como é popularmente conhecida, possuía à época 28 residentes. Alguns fatores se mostrariam desafiadores, nesse momento: 1) convívio social com pessoas que, não obstante oriundas do mesmo município, eram completamente estranhas; 2) imóvel que apresentava uma série de problemas de infraestrutura, tais como rachaduras e infiltrações; 3) mãe demitida do trabalho como empregada doméstica; e 4) indeferimento da solicitação de auxílio junto à PROAE, o que exigiu diligências semelhantes àquelas acionadas por Jardel Rodrigues. Resumidamente, esse foi o primeiro semestre da autora, que enfrentou, simultaneamente, a descoberta de uma nova área de conhecimento e o constante temor quanto à possibilidade de permanecer na universidade. Para quem não sabe, porque nunca experimentou, um período de incertezas angustiantes que se renovam a cada dia, em uma espécie de sucessão inevitável.

A Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) se afigurou, para ambos, preliminarmente atraente por constituir um ambiente novo. Em um primeiro momento, até acolhedor, uma vez que se apresentava como aparentemente inclusivo devido à presença de funcionários terceirizados e vendedores de lanches e livros. De fato, estabelecemos uma quase automática conexão entre as nossas trajetórias, visualizadas como estruturalmente similares. Afinal, trata-se de homens e mulheres negras que experimentam, em um país extremamente desigual e alheio ao pesado ônus imposto aos estratos socialmente dominados, de condições de reprodução biológica e social quase insuportáveis. O casario antigo, que abriga, predominantemente, o setor administrativo, complementava essa sensação de acolhida, juntamente com a bela vista oceânica da orla do bairro classe média de Ondina, relativamente arborizado. Contudo, o ambiente muda, drasticamente, quando se começa a frequentar as aulas, interagir com os professores e colegas. As experiências iniciais de estudantes oriundos de escolas públicas em uma turma de ciências sociais são aterrorizantes, pois nos deparamos com uma competição pelo conhecimento fomentada pelos

colegas, geralmente egressos de escolas privadas e do IFBA, e em certa medida também pelos docentes do curso. Esses estudantes citam Michel Foucault, Claude Lévi-Strauss, Karl Marx, Max Weber, Émile Durkheim e outros inúmeros teóricos – para nós desconhecidos ou quase desconhecidos – com um ar que sugere soberba.

Ao lado disso, os docentes esperam que a turma, em sua totalidade, esteja no mesmo nível acadêmico e teórico, ignorando o novo perfil social dos ingressantes. Ao encontrar essas fronteiras fortemente erigidas, os estudantes cotistas tentam proteger-se, estabelecendo vínculos com outros estudantes cotistas, buscando identificar em seus semelhantes, ou assemelhados, um sentimento compartilhado de pertencimento, solidariedade e representatividade, o que parece impossível junto aos demais colegas e docentes. Por outro lado, na ausência de empatia por parte de certos professores, os corpos que tradicionalmente têm servido como objetos de estudo para as ciências humanas, passam a questionar o seu lugar – o seu lugar de fala a partir das experiências e vivências de cada um (RIBEIRO, 2017) – naquele ambiente hostil. Para alguns, parece inaceitável que os “ex-objetos”, para usar a expressão cunhada por Nilma Gomes (2009), possam tornar-se produtores de conhecimento.

Por ironia do destino – admitindo-se, mais uma vez, que haja destino – ambos encontramos na Antropologia uma fonte de interesse e dedicação, que no caso da primeira autora veio a ser despertada através do componente curricular optativo Antropologia Política, ministrado por Danilo Paiva Ramos,¹⁴ que desempenharia um papel fundamental para a sua permanência no curso. Além disso, ele lhe apresentou a Maria Rosário de Carvalho e a Jardel Rodrigues, em um Seminário de Formação Teórica do PINEB, após o qual ocorreu o interesse pela etnologia e pela aproximação com esse grupo de pesquisa.

Pouco tempo depois da apresentação, os dois autores deste artigo matricularam-se no mesmo componente curricular optativo FCHL47, sem que tivessem prévio conhecimento da intenção um do outro. Havíamos, afinal, sido capturados pela etnologia indígena. Foi a partir do convívio ensejado pelas aulas do curso e pelas sessões dos seminários de formação teórica do Pineb, que os laços de amizade foram criados e estreitados. É consenso entre nós que a vinculação ao referido grupo de pesquisa e o desenvolvimento de atividades de campo junto aos Kiriri, como parte da referida disciplina, foram cruciais para que orientássemos nosso interesse de pesquisa para os povos indígenas. Anteriormente

14 A primeira autora tornou-se, em 2019, bolsista de iniciação científica do Programa Institucional de Iniciação Científica em Ações Afirmativas (Pibic-AF), desenvolvendo atividades junto ao projeto Etnologia do Nordeste: uma revisão bibliográfica sobre saúde indígena, sob a orientação do referido professor.

a essa experiência extensionista, a primeira autora sabia, praticamente, nada acerca da história dos povos indígenas no Nordeste e, tampouco, havia tido acesso a textos acadêmicos sobre o tema, ao passo que Jardel já havia iniciado estudos na etnologia, mediante a bibliografia etnológica disponível sobre povos indígenas estabelecidos nas porções Sul e Extremo Sul baianos,¹⁵ enquanto bolsista vinculado ao PINEB. Mas compartilhávamos a inexperiência de campo em etnologia indígena.

Foi também a partir da disciplina FCHL47, através do bom desempenho acadêmico e de uma relação amistosa e solidária com Marco Tromboni, que ao tomar conhecimento das dificuldades financeiras da primeira autora, ele a indicou como monitora no Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE/UFBA), órgão vinculado à UFBA e por ele coordenado, no qual ela permaneceu por alguns meses. Ao deixar o MAE para assumir uma bolsa de iniciação à pesquisa no Programa Permanecer,¹⁶ para investigar, sob a orientação do referido docente, a etnologia produzida sobre os Kiriri na documentação colonial e imperial, o intento foi apoiar os índios no projeto de revitalização linguística. Foi, justamente, nesse período que ocorreu, de fato, uma aproximação com o Pineb.

Ele nos foi apresentado como um grupo de pesquisa consolidado, que desde 1971 realiza pesquisas entre os povos indígenas estabelecidos no Nordeste brasileiro. Criado pelo etnólogo e professor do departamento de antropologia da UFBA Pedro Manuel Agostinho da Silva, atualmente é coordenado por Maria Rosário Gonçalves de Carvalho. Trata-se de um laboratório que até recentemente possuía somente bolsistas negros(as), e em que temas pertinentes a negros e índios são debatidos nos seminários de formação teórica. As relações simétricas entre os bolsistas e os pesquisadores associados é algo que merece destaque, além de todo o acompanhamento que ali é feito para a superação das dificuldades, a exemplo da expressão escrita, por exemplo, das quais se ressentem os primeiros.

Para nós, o Pineb tem representado um local onde construímos relações de amizade, que extrapolam o ambiente acadêmico e, ao mesmo tempo, um espaço que nos assegura aprimorar a nossa formação teórica, desenvolver a ex-

15 O segundo autor foi bolsista de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), desenvolvendo atividades de pesquisa junto ao projeto *Tradições de conhecimento, processos políticos e construções cosmológicas entre os povos indígenas do sul e extremo sul baiano*, sob orientação da professora Maria Rosário Gonçalves de Carvalho.

16 O Programa Permanecer faz parte das ações da Coordenadoria de Ações Afirmativas, Educação e Diversidade da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil da UFBA, cujo objetivo é assegurar a permanência bem-sucedida de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica por entender que estes têm maior probabilidade de ter que adiar ou mesmo interromper sua trajetória acadêmica devido a condições desfavoráveis que interferem concretamente na sua presença no contexto universitário. Informação retirada do website do Sistema Sisper. Disponível em: <https://sisper.ufba.br/sisper/Welcome.do>. Acesso em: 7 jun. 2020.

pressão escrita e a percepção crítica. Um ambiente de trocas simétricas, digno de nota. Vale observar que o acolhimento que grupos de pesquisa comprometidos, a exemplo do Pineb, proporcionam àqueles em formação, torna-se um elemento diferencial no desempenho acadêmico. Para definir o Pineb com uma só frase, evocamos Ana Cláudia Gomes de Souza (2001) que, em sua dissertação de mestrado, afirmou: “O Pineb é como família”.

A exigência com o uso correto da variante escrita da língua portuguesa é uma constante entre os docentes do curso de ciências sociais da UFBA, que, recorrentemente, chamam a atenção para as nossas deficiências tanto em termos de estilo quanto de concordância verbo-nominal, uso de crase, pontuação, etc. Se os estudantes cotistas são os que apresentam tais deficiências, cabe questionar por que nunca foi criado um curso de extensão de letramento acadêmico para esses estudantes? Somente na última proposta de reformulação do curso de ciências sociais esse item foi pontuado, tendo sido aprovada a inclusão de um componente curricular que atendesse as demandas por letramento acadêmico, mas até que a sua implementação ocorra, dezenas de estudantes ingressarão em ciências sociais e continuarão a ser penalizados.

Não obstante reconhecemos que à universidade não deveria caber esse ônus, a rigor uma responsabilidade da educação básica, ela não pode, por outro lado, se eximir de criar um espaço mais receptivo para o novo perfil de ingressantes. Não há como não pensar que as omissões para com os corpos historicamente excluídos é uma das faces do racismo estrutural também encravado nas instituições do sistema universitário brasileiro.

Nesse sentido, merece destaque a discussão feita por Sueli Carneiro, em sua tese de doutoramento, sobre o conceito de epistemicídio elaborado por Boaventura de Sousa Santos (1995). Para a autora, a noção extrapola o âmbito da anulação e desqualificação dos conhecimentos dos povos subjugados, apontando para a negação do acesso à educação de qualidade, para a inferiorização intelectual e a deslegitimação do negro (a) como produtores de conhecimentos. Desse modo, afirma Carneiro, o epistemicídio é uma tecnologia destinada ao controle das mentes e dos corpos. (CARNEIRO, 2005)

Ao epistemicídio somam-se as questões que atravessam os corpos negros e pobres nas pesquisas acadêmicas, e que nos afetaram, intensamente. Como dois jovens negros pobres podem seguir pesquisando na área temática da etnologia indígena? Por que, em vez disso, não estudar os seus semelhantes negros? Onde estão os antropólogos (as) negros (as)? Qual o seu lugar de fala? Sentíamos, e continuamos sentindo, falta de representatividade tanto no que concerne ao referencial teórico quanto de professores negros. O segundo autor,

ao longo do curso de ciências sociais, teve aulas com apenas dois docentes negros, vinculados ao departamento de sociologia, ao passo que a primeira autora sequer teve essa experiência. Como pretender ser etnóloga(o) negra(o) em um contexto tão excludente?

INTELECTUAIS SÃO ELES... NÓS SOMOS OS OUTROS?

Retomamos Nilma Gomes, para quem

A inserção de negros e negras no campo da pesquisa científica e da produção do conhecimento não mais como objetivos de estudo, mas como sujeitos que possuem e produzem conhecimento faz parte da história das lutas em prol do direito à educação e ao conhecimento assim como da luta pela superação do racismo. (2009, p. 419)

É justamente deste lugar, i.e., de sujeitos que produzem conhecimento, que queremos falar. O Brasil sempre foi pensado como um relevante laboratório étnico-racial, seja para pensar os afro-descendentes ou os ameríndios dispersos pelo país. Basta uma rápida consulta ao Google e estaremos diante de uma imensidão de artigos, dissertações, teses e livros, nos quais os atores sociais negros são tratados com objetos, coisificados no tempo.

A inserção de negros e indígenas nas universidades, fato só possível graças às políticas de ações afirmativas de ingresso e permanência no ensino superior, tem compelido campos disciplinares como a antropologia a se repensarem. Não se trata aqui de afirmar que somente índios e negros podem falar por si e escrever para si, como alguns, de forma desavisada, entendem o conceito de lugar de fala. Mas de assegurar a esses sujeitos sociais condições objetivas para ingressar e permanecer no ensino superior, o que só se afigura possível mediante a abertura das instituições universitárias para receber corpos negros e ameríndios, juntamente com as suas tradições culturais.

Há uma outra nuance no ingresso e permanência dos atores excluídos historicamente da universidade. Trata-se da tensão “epistemológica e política” (GOMES, p. 434, 2009) promovida por aqueles até então meramente visualizados como “objetos” (“ex-objetos?”), por lhes ser negado o lugar de “produtores de ciência”. Ao reivindicarem o direito de acesso ao conhecimento e à sua produção, os intelectuais negros “desnaturalizam o cânone e ajudam a desvelar o quanto ele sempre foi racial, androcêntrico e classista”. (GOMES, 2009, p. 434)

Os tensionamentos produzidos por negros, índios, mulheres, LGBTQI+ e outros coletivos contramajoritários têm chacoalhado a Antropologia, numa espécie de virada antropológica. No caso de intelectuais negras e negros, Gomes afirmou se tratar de “um outro tipo de intelectual” (2009, p. 421), pois escrevem a partir da realidade racial que vivenciam, e, ademais, o conhecimento por eles gerado aponta para as subjetividades, desigualdades sociais, omissões da sociedade, etc.

Atrair a realidade racial dos pesquisadores negras e negros à sua produção científica é uma das estratégias que têm sido acionadas por intelectuais negras. (COLLINS, 2016; DAVID, 2016; GOMES, 2009; HOOKS, 2019; NASCIMENTO, 2019) Em um artigo recente, Silvana Nascimento (2019) analisou a corporeidade e a performance que atravessam os corpos das antropólogas em campo: como esses corpos costumam chegar primeiro, e como o fazer etnográfico tem negligenciado outras experiências ao longo da elaboração das produções escritas. Apenas recentemente tem-se buscado refletir sobre a interação em campo com os interlocutores, não almejando atingir neutralidade científica, e sim compreender que os corpos em interação são objetos de desejos, mutuamente observados e atravessados pela raça, classe e gênero, entre outras interseccionalidades¹⁷ (CRENSHAW, 2002), no campo. Isto abre às etnografias novas perspectivas para pensar como as diferenças e as alteridades são construídas e movidas.

Os artigos de Anderson Lucas da Costa Pereira (2017) e Bruno Rodrigo Carvalho Domingues (2018) são o pontapé final para as nossas notas autobiográficas e autoetnográficas, sobre nossa experiência enquanto estudantes negras (os) da graduação em ciências sociais e aspirantes a etnóloga(o). Pereira discute, com riqueza de detalhes, a dificuldade de acesso e permanência que experimentou no ensino superior, na condição de negro e morador da cidade do Rio de Janeiro, e cita os casos de racismo que sofreu em uma loja de móveis e em uma situação em que, atrasado para uma aula no Museu Nacional/UFRJ, foi abordado pela polícia.

Domingues, por sua vez, relata como sua identidade foi modificada a partir do seu trabalho de campo junto às comunidades quilombolas na ilha de Marajó (PA), quando, ao começar a coordenar uma equipe de pesquisadores em campo, passou a ser visto como “branco”. Na concepção dos seus interlocutores, as posições de poder são destinadas somente aos “brancos”, ainda que, no seu

17 “Sistemas discriminatórios” (racismo, patriarcalismo, opressão de classe, etc), ou, ainda, “eixos discriminatórios”/“eixos de poder”/“eixos de subordinação” Tais sistemas (ou eixos) se sobreporiam ou se cruzariam, criando intersecções complexas que atingem especialmente mulheres marginalizadas.

caso, se identificasse e fosse reconhecido por outrem como negro. As situações descritas apontam para o racismo estrutural impregnado nas instituições e na sociedade brasileira, no âmbito das quais negras(os) e indígenas devem preencher lugares subalternos e nesses lugares permanecer.

Ao contrário do que apontou Bruno Domingues (2018), no trabalho de campo realizado juntos aos Kiriri, localizados no Norte do estado da Bahia, nossa identidade persistiu como negra e negro, *negros lá e cá*. Os Kiriri nos identificam enquanto duas pessoas negras que com eles compartilham trajetórias similares, sobretudo no campo das violências cometidas pelo Estado. Como é largamente sabido, os povos indígenas e a população negra historicamente sofrem graves violações dos seus direitos no Brasil. Os Kiriri compreendem que nossos corpos são marginalizados e externos aos espaços de poder, e que respeitar a identidade do outro significa reconhecer sua existência enquanto pertencente a um grupo social, a um coletivo.

Em campo, nossos interlocutores frisavam que os índios e os quilombolas só conseguiram conquistar direitos quando se aliaram em uma luta conjunta. Assim, indígenas e quilombolas reconhecem a importância da organização e da luta coletiva em busca dos direitos sociais.

Logo após a eleição presidencial de 2018, estivemos em campo e, entre uma conversa e outra, os Kiriri comentavam, com certo temor, os possíveis ataques de que os povos indígenas seriam alvo, haja vista a campanha anti-indígena realizada pelo então candidato vencedor. Vários interlocutores apontaram as possíveis consequências nefastas que daí deveriam resultar. É interessante assinalar que, embora não sejamos oriundos de comunidades quilombolas, para alguns indígenas kiriri supomos ser vistos como quilombolas, em um processo de identificação social automaticamente correlacionado à raça, ou para sermos antropológicamente corretos, à cor da pele. Em contrapartida, os nossos colegas brancos foram automaticamente identificados como tal, em um quase movimento de corroboração com a realidade representada pela quase totalidade de etnólogos (os) no Brasil. Por outro lado, vale considerar que, para os povos indígenas, a categoria branco pode abranger tanto pessoas socialmente brancas como não brancas. De todo modo, supomos que esta é uma questão complexa, que requer exame mais detido.

É interessante notar que os Kiriri pensam, ao seu modo, a questão da raça. Os excertos abaixo, retirados do caderno de campo, evidenciam como dois interlocutores, moradores da aldeia de Mirandela, elaboram esta temática. No primeiro caso, há um certo receio de usar a categoria negro, por estar associada à discriminação racial, conforme atestado neste trecho: “13 neles, né. Me des-

culpe o que vou falar, mas se Bolsonaro ganhar negro também tá perdido... negro e índio”.¹⁸

Em certa ocasião, estávamos assistindo uma reportagem do *Jornal Nacional* da Rede Globo, que versava sobre o sistema carcerário brasileiro, e este foi o gatilho para que Barão, nosso interlocutor, manifestasse sua percepção acerca das profundas desigualdades sociais e raciais que marcam o país, cujos principais aspectos poderiam estar resumidos na sua conclusão sobre o perfil sociorracial dos detentos, composto, majoritariamente, por homens negros que, inclusive, são maioria nas periferias dos grandes centros urbanos brasileiros. Ele atribui tais fatos à falta de oportunidades, à pobreza e ao processo de marginalização e preconceito ao qual os negros, bem como os indígenas, estão submetidos no Brasil.

Para alguns kiriris, o termo negro é pejorativo. Ao constatarmos isso, deixamos claro que não o considerávamos uma categoria de acusação, e que, portanto, não nos sentiríamos estigmatizados com o seu uso. Esta mesma categoria, de certa maneira, é mobilizada no âmbito interno do grupo. Com também o é, a categoria nativa *braiado*, utilizada para designar os kiriris frutos de relações interétnicas com negros e brancos. Geralmente, ouvimo-la como uma espécie de categoria de desqualificação sociorracial, acionada para invocar uma suposta pureza racial localizada na origem dos genitores, indígenas ou não indígenas, mas também as características fenotípicas da prole resultante do casamento: tonalidade da pele, cor do cabelo e textura (liso ou ondulado), e estatura. Foi na casa de Barão Kiriri, na aldeia de Mirandela, que ouvimos, pela primeira vez, este termo usado naquele contexto, para opor os kiriris moradores desta aldeia com os de Araçás, aldeia cortada pela rodovia estadual BA-388, onde os indígenas teriam os cabelos ondulados e a tez mais clara.

A categoria *braiado* aponta para a racionalização dos Kiriri com relação às questões raciais, uma certa perspectiva nativa sobre relações interétnicas que é mobilizada, via de regra, para desqualificar um indivíduo que foge do fenótipo indígena tradicional, e que pertence a outro grupo político. Vale notar que os Kiriri, assim como os outros povos indígenas, especialmente aqueles do Nordeste brasileiro, sofreram os impactos dos casamentos interétnicos fomentados ao longo do processo de colonização.

Outra questão que nos afeta, em campo, são as questões concernentes à categoria gênero. Como ocorre em boa parte das sociedades indígenas, os Kiriri apresentam papéis de gênero muito definidos no interior do grupo, que rever-

18 Diário de campo produzido em outubro de 2018.

beram em sua sociabilidade com os corpos externos. Ser homem ou mulher determina, em última instância, os assuntos a serem abordados e os comportamentos que deverão ser observados e tolerados. Nos interstícios localizam-se os temas pretensamente neutros, em que ambos os gêneros transitam, a exemplo da escola, língua, cosmologia, conflitos, história sobre a retomada do território, entre outros.

Parece prevalecer consenso de que às mulheres cabe pesquisar a esfera doméstica, domínio que a elas é considerado próprio, i.e., natural, ao passo que a esfera de atuação da contraparte masculina estaria voltada para os temas que lhes são também considerados próprios. Tende a predominar, pois, uma divisão social de trabalho intersectada pelo gênero que é projetada para o campo de pesquisa, o que requer, dos pesquisadores, habilidade para driblar as expectativas quanto aos papéis de gênero conservadoramente sedimentados. Nesse sentido, o chauvinismo masculino não constitui prerrogativa exclusiva dos “brancos”.

Em certas visitas de campo, registramos estranhamento entre os Kiriri com estudantes que subvertiam os papéis tradicionais, i.e., o binarismo feminino/masculino. O olhar curioso, os comentários e as falas jocosas evidenciavam que o corpo chega primeiro (NASCIMENTO, 2019) e que ele fala, portanto produz conhecimentos e relações, e nem sempre as esperadas.

Ao retomarmos as nossas notas de campo após três anos do início de nossa interlocução, supomos ter contornado as tentativas de “encaixe” ao estilo kiriri, sem, contudo, renunciarmos a uma postura metodológica e epistemológica conforme aos nossos corpos, ou seja, a um constante exercício para localizar e situar o tipo de conhecimento por nós produzido, refutando, portanto, os pressupostos da neutralidade e objetividade tal como preconiza Donna Haraway (1995).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo buscamos proceder a uma reflexão e problematização das nossas experiências enquanto estudantes de universidade pública, um espaço historicamente excludente para os atores subalternizados. É através da inserção como Outro no ambiente acadêmico, via políticas de ações afirmativas, que os negros e indígenas defrontam-se com a hegemonia da ciência ocidental, tal como replicada em contextos periféricos ao capitalismo central. Por seu lado,

esses novos agentes são portadores de novas e desafiantes tradições culturais, como atestam, tão fortemente, as diversas cosmologias ameríndias e afro-americanas. Eles estão, ademais, abertos ao diálogo, desde que seja possível o estabelecimento de um diálogo simétrico, conjuntamente construído.

É necessário, igualmente, repensar, criticamente, os procedimentos metodológicos, em geral muito limitantes, quase prescritivos. Pesquisadores brancos e cisgênero não costumam situar suas etnografias nas questões que atravessam seus corpos, em campo. Uma exceção animadora é o “Postscriptum” do antropólogo francês Bruce Albert, no livro *A queda do Céu*, redigido em coautoria simétrica com Davi Kopenawa. De acordo com Albert (2015, p. 518-519), “nunca se deve esquecer o quanto, em experiência de campo como essa, o acesso ao conhecimento etnográfico é conquistado em primeiro lugar pela provação do corpo”.

A leitora e o leitor que atentaram para a maneira pela qual estruturamos a nossa narrativa e as referências utilizadas, terão percebido que ao longo das seções dialogamos, majoritariamente, com intelectuais negras cuja produção versa sobre raça, gênero, classe e corpo, cruciais, portanto, para o debate aqui suscitado. Situar a etnografia e a etnologia por nós produzidas, a partir dos marcadores sociais da diferença que atravessam os nossos corpos, parece-nos constituir um caminho profícuo: afinal, são eles (os corpos) que chegam primeiro, e chegar primeiro implica em ser lido e analisado por nossos interlocutores também através dos nossos corpos, através dos quais produzimos nossas etnografias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 22 jun. 2020.

BRASIL. Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei n 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm. Acesso em: 8 jun. 2020.

CAIRES, L. Núcleo estuda marcadores sociais da diferença. *Agência USP de Notícias*, São Paulo, 8 jan. 2010. Disponível em: <http://www.usp.br/agen/?p=15350>. Acesso em: 29 jun. 2020.

- CARNEIRO, A. S. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e estado*, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativo ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- DAVIS, A. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOMINGUES, B. R. C. Negro na universidade, branco no trabalho de campo: reflexões sobre representação e desigualdade racial na academia. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 27, p. 295-309, 2018.
- FRANCHETTO, B. *Línguas indígenas ameaçadas: pesquisa e teorias linguísticas para revitalização*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2014. Disponível em: <http://nupeli-gela.weebly.com/revitalizacedilatildeo.html>. Acesso em: 29 maio 2020.
- FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.
- GOMES, N. L. Intelectuais negros e produção do conhecimento: reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 419-441.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.
- HOOKS, B. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- NASCIMENTO, S. S. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 62, n. 2, p. 459-484, 2019.
- PEREIRA, A. L. C. Preto, gay e do Norte: ações afirmativas na pele. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 60, n. 1, p. 35-46, 2017.
- PEIXOTO, A. L. A. et al. Cotas e desempenho acadêmico na UFBA: um estudo a partir dos coeficientes de rendimento. *Avaliação, Sorocaba*, v. 21, p. 569-592, 2016.
- QUEIROZ, D. M. O ensino superior no Brasil e as ações afirmativas para negros. *Universidade & Sociedade*, Brasília, DF, v. 12, n. 29, 2003.
- QUEIROZ, D. M.; SANTOS, J. T. Sistema de cotas: um debate. Dos dados à manutenção de privilégios. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, p. 717-737, 2006.
- QUEIROZ, D. M.; SANTOS, J. T. Vestibular com cotas: análise em uma instituição pública federal. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, p. 58-75, 2006.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, B. S. *Pela Mão de Alice*. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, P. E. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: MÜLLER, T. M. P., CARDOSO, L. (org.). *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017.

SOUZA, A. C. G. *Escola e afirmação étnica o caso dos Pataxó de Barra Velha*. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.